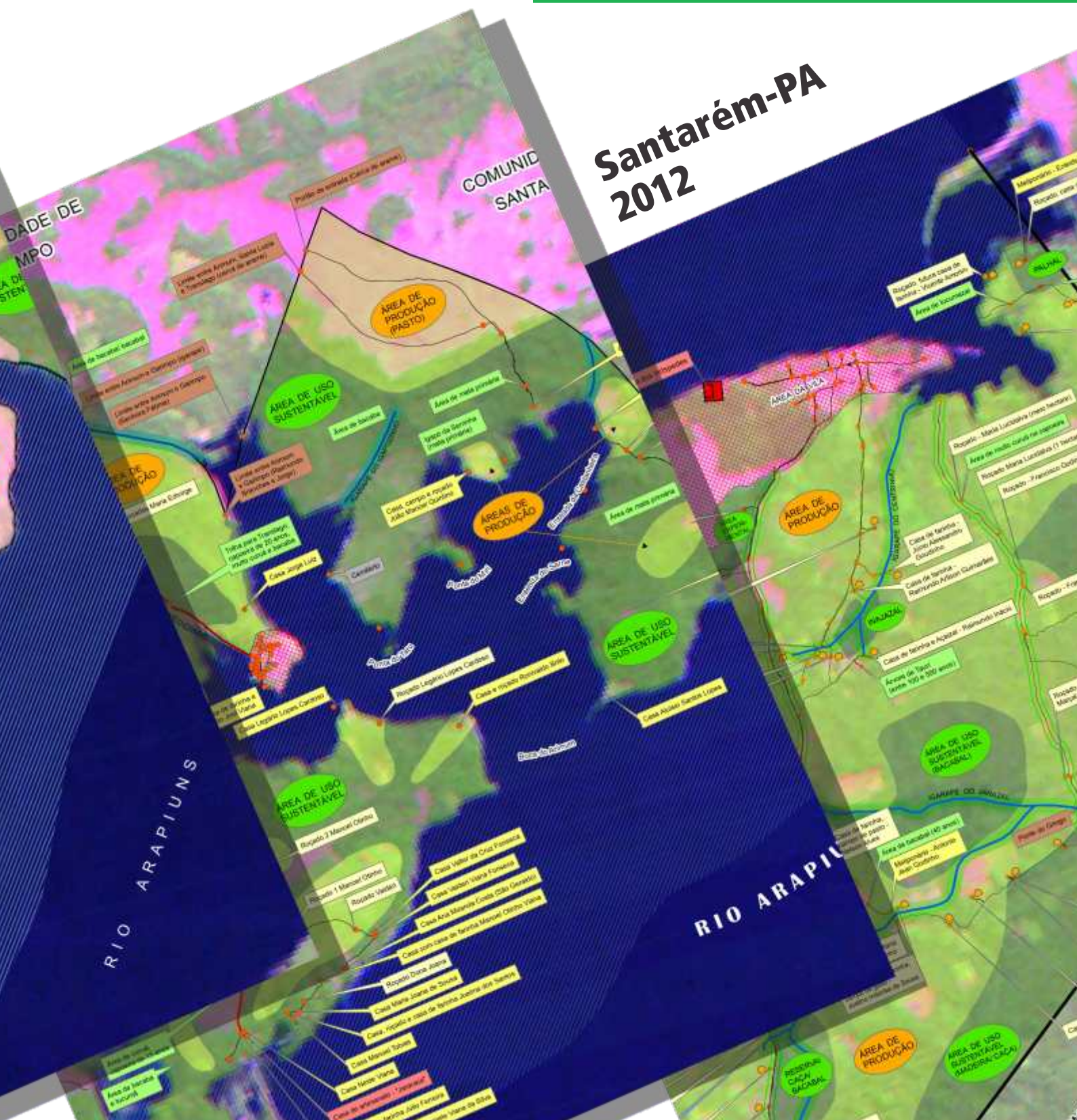


Mapeamentos Participativos e elaboração de Planos de Uso



uma experiência nas comunidades de Anã,
Arimum, Atodi e Vila Amazonas nas
margens do Rio Arapiuns

**Santarém-PA
2012**





FORD FOUNDATION

Glossário

DED - Deutscher Entwicklungsdienst

FEAGLE - Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande

GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

GPS - Global Positioning System

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PAE Lago Grande - Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande

PSA - Projeto Saúde & Alegria

RESEX - Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAPAJOARA - Organização das Associações dos Moradores da RESEX

Equipe Técnica

Tiberio Alloggio / Magnólio de Oliveira
Davide Pompermaier / Ândrea Colares / Valdemar
Guimarães Paz / Alexander Riesen / Silvanei Rodrigues
Correia / Rafael Monteiro / Dirk Henker.

Ficha Técnica

DIREÇÃO DE ARTE
Magnólio de Oliveira

TEXTO
Alexander Riesen / Magnólio de Oliveira / Tiberio Alloggio

CRIAÇÃO E LAYOUT
STM-Digital

DIAGRAMAÇÃO
Edinelson Nunes

FOTOS
Alexander Riesen / Dirk Henker / Acervo PSA

IMPRESSÃO
Gráfica Tiagão - 500 Exemplares

Introdução

O Brasil conta com inúmeras experiências em Mapeamentos Participativos, pois esta metodologia pode fornecer benefícios essenciais ao ordenamento territorial comunitário e à organização comunitária:



✓ mapeamento comunitário participativo como método chave na mobilização e na gestão ambiental participativa do seu território;

✓ empoderamento da população pela participação ativa neste processo;

✓ sensibilização da população para questões ambientais e ordenamento territorial;



✓ e, conseqüentemente, maior identificação da população com o seu território e aumento do cuidado com ele.



Os Mapeamentos Participativos aproveitam o grande potencial que constitui o exímio conhecimento de cada território por parte dos moradores. Assim, são elaborados, junto às associações comunitárias, mapas que mostram a percepção territorial dos comunitários acerca da atual situação de suas comunidades, bem como mapas ilustrativos das expectativas futuras dos comunitários para a organização dos seus territórios, os chamados Planos de Uso.

Em um cenário de desafio para o ordenamento territorial são necessárias amplas formas de participação cidadã e de mobilização de uma sociedade civil fortalecida, que viabilizem a implementação de políticas públicas compromissadas com o desenvolvimento sustentável no oeste do Pará.



Esta cartilha compartilha a experiência realizada em comunidades do município de Santarém-PA, apresentando o modelo utilizado para a elaboração de Planos de Uso comunitários, na expectativa de poder ser replicada em situações similares, especificamente na região do oeste do Pará, que se encontra em processo de consolidação do ordenamento territorial.

Quem é o elenco social e quais são os objetivos deste projeto piloto?

Desde meados de 2009, o Projeto Saúde & Alegria (PSA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), antes o Deutscher Entwicklungsdienst (DED), trabalham em parceria dentro da medida de desenvolvimento "Territórios Sustentáveis na região do Rio Arapiuns".

O PSA é uma instituição sem fins lucrativos, que atua na Amazônia, e que promove processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável no município de Santarém, no oeste do Pará. As ações realizadas junto à população devem servir como modelo replicável, por exemplo, para o setor público, tendo em conta as dinâmicas e realidades locais. Em suma, com esse projeto piloto e as experiências transferíveis, o PSA gostaria de contribuir para a construção da política social e ambiental na Amazônia.

A GIZ é uma empresa federal que apóia o Governo Federal da Alemanha em seus objetivos na área de cooperação internacional para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento sustentável através do envio de técnicos profissionais atuantes na implementação de medidas de desenvolvimento previamente definidas.

No âmbito do objetivo superior de conservação e o uso sustentável da floresta amazônica, a medida de desenvolvimento "Territórios Sustentáveis na região do Rio Arapiuns" desenvolve, em comunidades piloto, junto à população local e numa abordagem integrada, possibilidades inovadoras para uma renda diversificada e melhorada, por exemplo, com uma renda do turismo de base comunitária e da venda de artesanato tradicional.

Por tratar-se de um projeto piloto envolvendo comunidades localizadas na área de atuação do Projeto Saúde & Alegria, foram selecionadas quatro comunidades para a sua execução: Anã, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX), e Arimum, Atodi e Vila Amazonas, no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande (PAE Lago Grande).

Estas comunidades, ativas tanto nos Mapeamentos Participativos como na elaboração dos Planos de Uso são, paralelamente, os principais integrantes do programa de turismo de base comunitária do PSA. Por isso, esta parceria assenta em uma consolidada base de confiança mútua, crescente no decorrer da colaboração dos últimos anos.

Outro critério decisivo na escolha das comunidades para este tipo de projeto modelo é o fato de as mesmas demonstrarem motivação e vontade de mudar a sua situação atual, assim como abertura a ideias inovadoras.



Enquadramento geográfico da região do oeste do Pará

A região do oeste do Pará, na planície amazônica, é caracterizada principalmente por um clima tropical quente e úmido, grandes quantidades de floresta tropical mais ou menos alterada pela ação humana, diferentes tipos de rios e oscilantes níveis de água dos rios, em função do regime de chuvas bem demarcado que alterna um período seco, de setembro a dezembro, e outro com grande volume de precipitação, entre dezembro e maio.

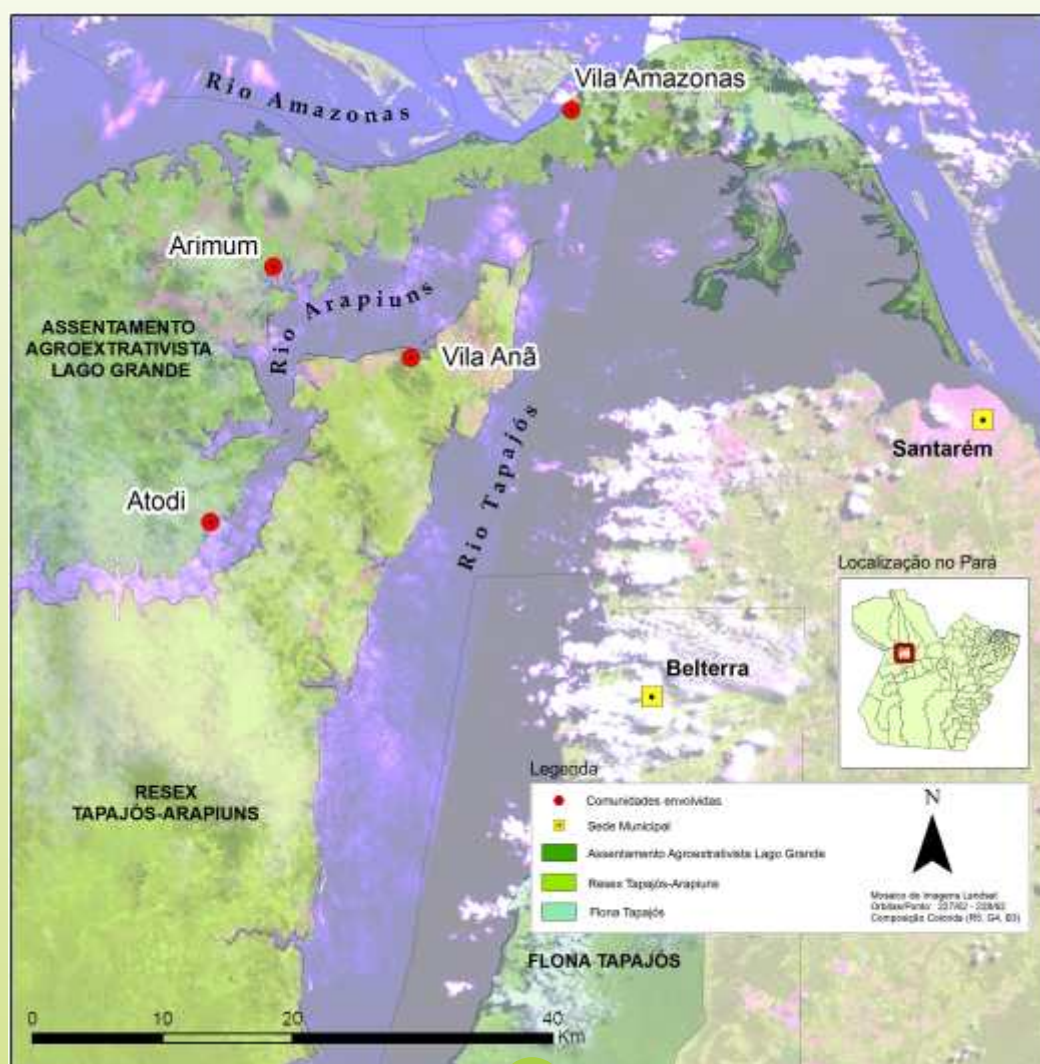
Devido a estas oscilações do nível das águas dos rios, existem dois importantes sistemas ecológicos: a "Várzea", regiões que se inundam na época das cheias e que, por isso, são constituídas principalmente pelos sedimentos que os rios depositam, e a "Terra firme", localizada em áreas de maior altitude, livres das cheias e formadas basicamente por arenitos.

As margens dos rios de águas claras, pobres em nutrientes, como o Rio Tapajós e o Rio Arapiuns, transformam-se em

praias fluviais entre agosto e fevereiro, um grande potencial turístico da região. Pelo contrário, o Rio Amazonas, de águas barrentas pela grande quantidade de nutrientes e sedimentos, apesar da riqueza em inúmeras espécies de peixe, praticamente não atrai o turista que busca lazer em balneários fluviais.

As florestas tropicais existem como florestas primárias apenas em pequenas áreas, sendo que as matas secundárias e a capoeira de diferentes idades são predominantes e, em algumas partes, apresentam uma densidade e uma biodiversidade quase tão grandes como a mata primária.

Estas superfícies florestais de diferentes densidades são, em alguns lugares, intercaladas com campos naturais, áreas de gramíneas, relativamente secas, semelhantes a savanas, como também com campos queimados pela ação humana, os roçados.



Contextualização

da situação do ordenamento territorial no oeste do Pará e caracterização das unidades territoriais do projeto modelo

Santarém é o município pólo da Região Oeste do Pará. Uma região que já vinha sofrendo um histórico de exploração predatória de madeira, e que nessa última década, tornou-se o ponto de chegada das atividades agro-econômicas do sul e centro-oeste do Brasil.

A instalação na região de grandes empresas do ramo do agronegócio e da mineração, a previsão de grandes investimentos públicos em infraestrutura (Rodovia BR 163, Hidrovias e Hidroelétricas), geraram um intenso fluxo de ocupação da região, que acabou deflagrando conflitos fundiários e sócioambientais, que resultaram na aceleração do desmatamento.

Resumidamente podemos caracterizar toda a conjuntura regional em dois grandes períodos de tempo:

- ✓ até 2005 – Avanço dos processo de ocupação desordenada do território, com devastação ambiental, violência, conflitos no campo, e grilagem de terras;
- ✓ depois de 2005 – Implementação de políticas de ordenamento territorial e fundiário, gestão ambiental, inclusão social e cidadania.

A mobilização contra a ocupação desordenada do território e pela regularização fundiária resultou na criação de um grande Mosaico de Unidades de Conservação, na implantação do Distrito Florestal e na Lei de Concessão de Florestas Públicas.

Ademais, diversos planos regionais como o "Plano BR 163 Sustentável" e o "Plano de Controle dos Desmatamentos e Queimadas", a criação de "Assentamentos Agroextrativistas", e recentemente a implantação do programa "Terra Legal" para a legalização fundiária dos pequenos e médios produtores da Amazônia, configuraram-se como um novo "marco legal" para a região.

Todas essas medidas contribuíram para mudar positivamente o cenário econômico, social e ambiental de nossa região, surtindo efeitos positivos, seja no âmbito da sociedade civil, como na esfera das políticas públicas.

Agora, após a evolução positiva da organização fundiária do território, o novo grande desafio que se tem pela frente é a necessidade das populações tradicionais de avançar na gestão de seus territórios de forma economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Nesse novo contexto, a cultura do manejo dos recursos torna-se a chave do desenvolvimento territorial sustentável. E nesse sentido a cultura do manejo sustentável dos recursos naturais precisará também chegar à base da população tradicional para se tornar a regra de suas atividades.

Desta forma, os desafios se concentram em torno da estruturação de um processo de gestão comunitária legítimo, que conduza à elaboração do zoneamento, dos Planos comunitários de Uso da terra, à formação de cadeias produtivas alternativas e à resolução dos conflitos fundiários e de acesso aos recursos naturais.



A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

A RESEX Tapajós-Arapiuns foi criada em 1998. Abrangendo um território de aproximadamente 650.000 hectares, é constituída por 74 comunidades localizadas tanto na região oeste do município de Santarém como na região noroeste do município de Aveiro, entre a margem esquerda do Rio Tapajós e a margem direita do Rio Arapiuns.

Com uma população estimada em mais de 18.000 pessoas (um total aproximado de 3000 famílias), faz parte da categoria de unidades de conservação federal de uso sustentável, definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000).

Ao contrário do histórico de diversas unidades de conservação concebidas inicialmente pelo planejamento governamental, a RESEX Tapajós-Arapiuns é fruto da reivindicação popular das comunidades que sentiam o crescente avanço da exploração florestal predatória por empresas madeireiras sem promover o desenvolvimento dessa região. O movimento de mobilização destas comunidades para a defesa de suas terras começou na década de 80 e, em novembro de 1997, numa grande assembléia na comunidade de Tucumatuba, os presentes decidiram solicitar ao IBAMA a criação da Reserva Extrativista.

Depois foi criada a Organização das Associações dos Moradores da Reserva, a Associação TAPAJOARA, que representa legalmente, perante o governo e a sociedade, os interesses dos moradores da RESEX.

(RESEX)



Atualmente, a RESEX Tapajós-Arapiuns é uma unidade de conservação habitada por populações tradicionais, cuja subsistência assenta no extrativismo, na agricultura familiar e na criação de animais de pequeno porte. A sua gestão é feita por um conselho deliberativo do qual fazem parte, para além de representantes das comunidades tradicionais nela residentes, representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, com os objetivos de proteger os meios de vida e a cultura locais, bem como de garantir o uso sustentável dos recursos naturais lá existentes.

Desde 1999, existe um Plano de Utilização da RESEX, que prevê um papel importante dos moradores em cada comunidade da RESEX na fiscalização e no monitoramento do uso dos recursos naturais da Reserva.

O Plano de Manejo desta unidade foi reformulado em 2009, mas ainda não está disponível para consulta.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande)

Um projeto de Assentamento Agroextrativista é uma modalidade de assentamento destinada à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas.

O PAE Lago Grande abrange uma área de aproximadamente 250.000 hectares, onde vivem cerca de 30.000 pessoas (um total de 6.600 famílias). São descendentes de indígenas, de escravos fugitivos de antigos quilombos, de portugueses e nordestinos, que constituem hoje cerca de 140 comunidades tradicionais. O PAE faz divisa, ao norte, com o Lago Grande do Curuai, região de grandes estoques pesqueiros, ao sul com os Rios Aruã e Arapiuns, área de grande potencial turístico, a leste com os Rios Arapiuns e Amazonas e, a oeste, com o município de Juruti.

As principais atividades econômicas praticadas pelos moradores são a agricultura tradicional, a pesca, a criação de animais e a coleta de produtos e frutas da floresta (extrativismo).

Desde os anos 80 do século passado, a extração ilegal de madeira, a pesca predatória e a apropriação selvagem e descontrolada de terras (grilagem) começaram a ameaçar as condições de vida das populações locais e a criar conflitos entre os diferentes atores envolvidos. Dada esta situação, os representantes das comunidades e do sindicato se reuniram conciliando forças conjuntas na defesa dos seus

direitos à terra e ao uso dos recursos naturais. Como resultado destas iniciativas, foi criado, em 2005, o PAE Lago Grande, por decreto do INCRA. Também em 2005, representantes das comunidades locais do PAE Lago Grande fundaram uma organização comum estabelecida para representar os seus próprios interesses, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), com o objetivo de acompanhar junto ao INCRA os processos de titulação coletiva, elaboração dos planos de desenvolvimento e de utilização da terra e a liberação dos créditos e fomentos para projetos de infraestrutura, habitação e produção.

No ano seguinte, começou a elaboração do Plano de Utilização do assentamento, que envolveu a realização de reuniões em todas as comunidades e reuniões regionais, culminando numa Assembléia Geral realizada em novembro de 2006 na comunidade de Urucureá, durante a qual foi apresentado, discutido e aprovado o Plano de Utilização. Este Plano, que prevê, tal como na RESEX, um papel importante dos moradores em cada comunidade do PAE na fiscalização e no monitoramento do mesmo, foi revisado e finalizado pelo INCRA Superintendência Regional de Santarém (SR-30) em 2008. Até os dias de hoje vem acontecendo uma grande mobilização na FEAGLE e nas comunidades do PAE Lago Grande para a conquista de todos os direitos previstos pela Reforma Agrária mas, sobretudo, para a garantia de seus territórios, no presente e no futuro para o desenvolvimento pleno das novas gerações.

Mapeamentos Participativos porquê?

Até 2009 existiam mapas atuais apenas para a área global do PAE Lago Grande (mapas de pequena escala, quase sem pormenor), resultantes da aplicação inicial do instrumento de Mapeamento Participativo pelo PSA em 2007. Durante este processo foram registrados pela primeira vez a distribuição espacial e a infraestrutura das comunidades, as principais estradas de terras e as estradas vicinais, os recursos naturais e os conflitos sociais e ambientais.

Os recursos cartográficos e os dados georreferenciados disponíveis sobre as áreas das comunidades piloto Anã, Arimum, Atodi e Vila Amazonas (bem como para as outras comunidades do PAE Lago Grande e da RESEX) eram, até 2009, praticamente inexistentes, sendo os mapas bastante rudimentares.

Mapeamentos Participativos para quê?

O papel chave que a produção de mapas desempenha ao nível das comunidades piloto é fundamental para:

- ✓ mobilizar a população das comunidades piloto, a fim de assegurar a participação efetiva e abrangente da população local no processo de desenvolvimento sustentável;
- ✓ visualizar a realidade do território e as questões mais relevantes para o desenvolvimento da comunidade,
- possibilitando elaborar os Planos de Uso comunitários;
- ✓ identificar oportunidades econômicas, planejar eventuais investimentos e dinamizar as comunidades nas atividades de turismo de base comunitária;
- ✓ qualificar e fortalecer a organização coletiva na comunidade.

“O que são Mapeamentos Participativos?”

Mapeamento Participativo é um processo de registro dos conhecimentos que os habitantes de uma comunidade detêm sobre o seu território.

Este importante instrumento de participação não tem de resultar necessariamente na produção de mapas, pois também ilustrações, definição de trilhas na paisagem, relatos, contos são considerados formas de Mapeamento Participativo.

Vários atores, metodologias e escalas podem ser utilizados para implementar um Mapeamento Participativo, de acordo com os diversos temas (biodiversidade e manejo florestal, ameaças e conflitos entre atores, organização sócio-política, entre outros) a abordar, de modo a melhor preparar a discussão sobre a gestão do território em questão.

Baseados na documentação cartográfica e em outros tipos de registros de seus conhecimentos, assim como em tecnologias como o GPS, os comunitários possuem sólidos meios de oposição e resistência à exploração indevida dos recursos naturais e à grilagem em seus territórios.

Os Mapeamentos Participativos podem ainda auxiliar na elaboração de planos de manejo e na aplicação de políticas públicas mais adequadas à realidade da região.

Como foi realizado o processo?

O processo de participação foi concebido em duas etapas. A primeira compreendeu a produção dos Mapeamentos Participativos com o diagnóstico da situação atual do uso do território, e na segunda etapa foram desenvolvidos os Planos de Uso comunitários.

Enquanto os Mapeamentos Participativos fazem uma análise da situação presente das comunidades, tendo como resultado a produção do mapa da situação atual ("Onde estamos?"), os Planos de Uso ousam também um olhar para as perspectivas futuras da comunidade ("Onde queremos chegar?"), concretizado sob a forma final de mapa do Plano de Uso.



Primeira etapa: os Mapeamentos Participativos

A proposta da atividade a ser desenvolvida na comunidade foi apresentada aos moradores e seus representantes. A equipe de campo, antes de cada expedição às comunidades, mobilizou a população local, repassando (geralmente por escrito ou por acordo verbal) as datas de permanência e as demandas para a realização do trabalho da mesma com os comunitários, em estreita cooperação com os presidentes das associações de moradores. Nas primeiras reuniões, já foram explicados a ideia e o processo de mapeamento da comunidade bem como, de forma tão vívida e clara quanto possível, a implementação técnica com o uso de imagens de satélite, a coleta de dados georreferenciados com um GPS (Global Positioning System) e o processamento de informações e dados para criar mapas digitais em um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Então, utilizando a versão impressa da imagem de satélite do território da comunidade (imagem do Landsat), foram anotadas e gravadas com lápis, em papel vegetal sobreposto ou diretamente na imagem, as primeiras indicações dos moradores. Depois de uma orientação inicial sobre a imagem que, por vezes, significa para os comunitários um primeiro contato com essa perspectiva abrangente da visão sobre a sua comunidade, a maioria dos participantes pôde contribuir com seu

conhecimento e designar no mapa os pontos ou as áreas características da comunidade. Enfim, já estava sendo coletada uma série de informações valiosas.

Os levantamentos cartográficos de campo foram realizados em conjunto com os comunitários, usando um aparelho de GPS para guiar e conduzir a equipe na área inventariada. Antes do começo dos trabalhos de mapeamento tinham sido definidas as informações espaciais relevantes a serem recolhidas em cada uma das comunidades:

- ✓ limites do território com outras comunidades, sua rede básica de caminhos e os cursos d'água (rios e igarapés);
- ✓ casas dos comunitários e equipamentos coletivos (igreja, escola, barracão comunitário da associação dos moradores, sede do clube de futebol, microsistema de água, etc.);
- ✓ registro dos diferentes tipos de cobertura vegetal existentes na área (floresta primária/ secundária; capoeira baixa/ média/ alta, etc.);
- ✓ localização das áreas com fins agrícolas, principalmente os espaços de cultivo da mandioca (roçados), pastagens e/ ou campos naturais;
- ✓ áreas com frequência significativa de espécies economicamente interessantes:
 - tucumã, lianas e cipós como fornecedores de matérias-primas para artesanato tradicional;
 - babaçu ou outras oleaginosas com suas frutas oleosas como matérias-primas localmente disponíveis para a possível produção de energia à base de óleos vegetais;
 - babaçu e outras oleaginosas também como base para a produção local de ração para peixes de aquicultura e
 - a criação de outros animais domésticos, especialmente galinhas;
- ✓ atrativos e percursos de interesse turístico ("trilhas").



Os dados coletados formam a base para a subsequente criação de mapas com o SIG-software "ArcView". Deste modo, foram produzidos pelo menos dois mapas por comunidade, ou seja, um representativo de todo o território comunitário e outro, mais detalhado, ilustrando a área da vila propriamente dita, com as casas e as diferentes infraestruturas comunitárias.

Nas expedições seguintes, os mapas preliminares foram apresentados, discutidos e alterados, se necessário, durante reuniões realizadas em cada comunidade. As eventuais alterações foram inseridas na imagem de satélite e, em seguida, os mapas atualizados, já impressos, retornaram para as comunidades. Esse processo participativo e de reflexão contínua resultou em mapas que retratam



o uso efetivo do território de cada comunidade. Assim, produziu-se uma base cartográfica da atual situação de cada comunidade, sobre a qual incide a segunda etapa do processo, a elaboração e a aprovação de Planos de Uso comunitários.



Segunda etapa: elaboração e aprovação de Planos de Uso comunitários

O mapeamento passou a ser utilizado como instrumento na definição das demandas atuais da população local da comunidade rural em termos de uso do solo, produção, extração e demais atividades econômicas praticadas ou planejadas para serem executadas no presente e no futuro, além de buscar o uso mais sustentável dos recursos naturais disponíveis na comunidade.

A equipe de campo, em cooperação com as associações de moradores, iniciou a mobilização para o desenvolvimento do Plano de Uso, preferencialmente com todos os membros da comunidade ou, pelo menos, com um representante de cada família. Essa participação dos integrantes da comunidade é essencial para o fornecimento e a coleta de informações referentes ao uso do território e às novas perspectivas de uso.

Numa primeira reunião para o desenvolvimento desse plano, pode ser realizado um trabalho de grupo para a sensibilização dos participantes. A equipe executora divide a plenária dos comunitários em, por exemplo, cinco grupos de trabalho, diferenciados por temas (produção agrícola, a pesca, extrativismo, preservação ambiental, turismo de base

comunitária, etc.). Esses grupos podem discutir e definir zonas e pontos relevantes acerca do tema em questão na área da comunidade e visualizar no mapa. Depois, na plenária, a apresentação dos resultados prepara a discussão sobre um zoneamento da área da comunidade (Perguntas orientadoras: "Que tipos de uso mais intensivo existem no território da comunidade e onde ficam as respectivas zonas na área da comunidade?" / "Quais e onde são as áreas de uso extensivo que servem como áreas de reserva para as futuras gerações?").

Na continuação do processo e para a elaboração detalhada de Plano de Uso mostrou-se eficaz a designação de uma comissão de comunitários que elaborou uma primeira proposta para o zoneamento. Na reunião seguinte, em plenária, essa proposta construtiva foi discutida, corrigida e adaptada pelo máximo número possível de comunitários.

Para a elaboração do Plano de Uso, tecnicamente falando, essas zonas de uso propostas foram inseridas digitalmente num programa de SIG, em forma de "layers" transparentes, complementando com mais informações espaciais o mapa produzido durante o Mapeamento Participativo.

O resultado foi a versão final do Plano de Uso com o zoneamento da área da comunidade ("Que zonas são previstas para que uso ou como áreas de preservação?").

O Plano de Uso é caracterizado, em primeiro lugar, por duas zonas principais, uma de produção e outra de uso sustentável. A Zona de Produção é de uso intensivo, aquela onde são praticadas as atividades de agricultura, extrativismo e criação de animais. A Zona de Uso Sustentável é a zona de capoeira ou floresta para o uso racional e sustentável dos recursos naturais nela existentes, atendendo as necessidades dos atuais moradores e das futuras gerações. Além de servir como área de caça, nessa zona predominam as atividades extrativistas como a coleta de palha e de várias frutas, e a eventual retirada de madeira conforme legislação pertinente. Essa zona é de uso extensivo e abrange áreas que constituem reservas para o futuro.

Os demais elementos do Plano de Uso são a definição da área da vila, bem como das áreas de pesca artesanal e de criação de peixe. Para além disso, também são estabelecidas faixas de preservação, ao longo dos igarapés (50 metros para cada lado), visando a preservação do corpo de água, e ainda faixas de preservação ao longo de estradas e trilhas principais (pelo menos 30 ou 50 metros para cada lado), com o intuito de garantir o sombreamento dos percursos turísticos.

Um mapa de Plano de Uso não resolve tudo, é preciso também regras e mecanismos...

A implementação de um Plano de Uso requer não só a produção de um mapa de uso com o estabelecimento de zonas da comunidade, mas também a definição de regras e mecanismos. Por isso, paralelamente aos próprios mapas de uso do território das comunidades, é elaborado, com a ajuda da equipe de campo, em reuniões comunitárias, um Catálogo de Regras gerais para a globalidade de aspectos inerentes ao funcionamento de uma comunidade, complementando esses mapas (veja o exemplo do Catálogo de Regras de Atodi; a primeira página com o resumo na próxima página mostra os temas abordados).

Normalmente, já existe toda uma série de regras nas comunidades, no entanto, quase sempre combinadas apenas oralmente entre os comunitários, sem qualquer registro escrito. Nos casos em que se encontra regras por escrito, observa-se a inexistência de um documento onde todas estejam apresentadas de forma sistemática.

Ora, a função do Catálogo de Regras é justamente a de fixar, de

forma escrita, em um só documento, todas essas regras dispersas, sendo que novas sugestões são trabalhadas e discutidas pelos comunitários antes do seu registro no Catálogo.

Isto exige bastante disponibilidade de tempo e paciência por implicar toda uma discussão sobre os vários temas comunitários, o resumo das regras acordadas, a revisão e a respectiva redação.

O processo culmina com a aprovação final do mapa de uso e do Catálogo de Regras pelos comunitários presentes em uma Assembléia Geral Extraordinária, alcançando maior legitimidade através da participação máxima possível de famílias (cada família representa um voto).

Monitores Ambientais acompanham a implementação

A parte final do Catálogo de Regras, as "Disposições Gerais", contém regulamentos para três aspectos essenciais: a implementação do Plano de Uso, penalidades e alterações ao Plano.

Importante para o monitoramento do Plano de Uso é a introdução de mecanismos de implementação e a destinação de responsabilidades na respectiva comunidade. Em princípio, todos os moradores da comunidade são responsáveis pela execução do Plano de Uso e a gestão da área da comunidade. Contudo, para tornar mais clara, fácil e eficaz esta missão, é eleito um grupo de Monitores Ambientais da comunidade, que tem a responsabilidade de fazer a fiscalização das áreas coletivas, de modo a verificar se existem pessoas de fora ou de dentro da comunidade que não estão cumprindo com as regras de uso e convivência estabelecidas. Esse grupo relata regularmente nas reuniões da associação comunitária.

Quanto às penalidades, as Disposições Gerais regulam as sanções a que um infrator fica sujeito diante do não cumprimento das normas do Plano de Uso, de acordo com as leis vigentes no país ("O que fazer se as pessoas não cumprirem com as regras e acordos"). Geralmente, uma Advertência verbal é seguida de uma Advertência por escrito e, a esta, se segue uma Indenização do prejuízo em dinheiro ou em serviço à comunidade (cabendo ao mesmo o direito defeso pelos estatutos).

O Plano de Uso fica aberto a alterações a qualquer das suas normas, desde que seja para a melhoria da comunidade. As alterações propostas passarão por votação em reuniões comunitárias, e deverão ser aprovadas de acordo com os seus Catálogos de Regras.



Atodi



Vila Amazonas



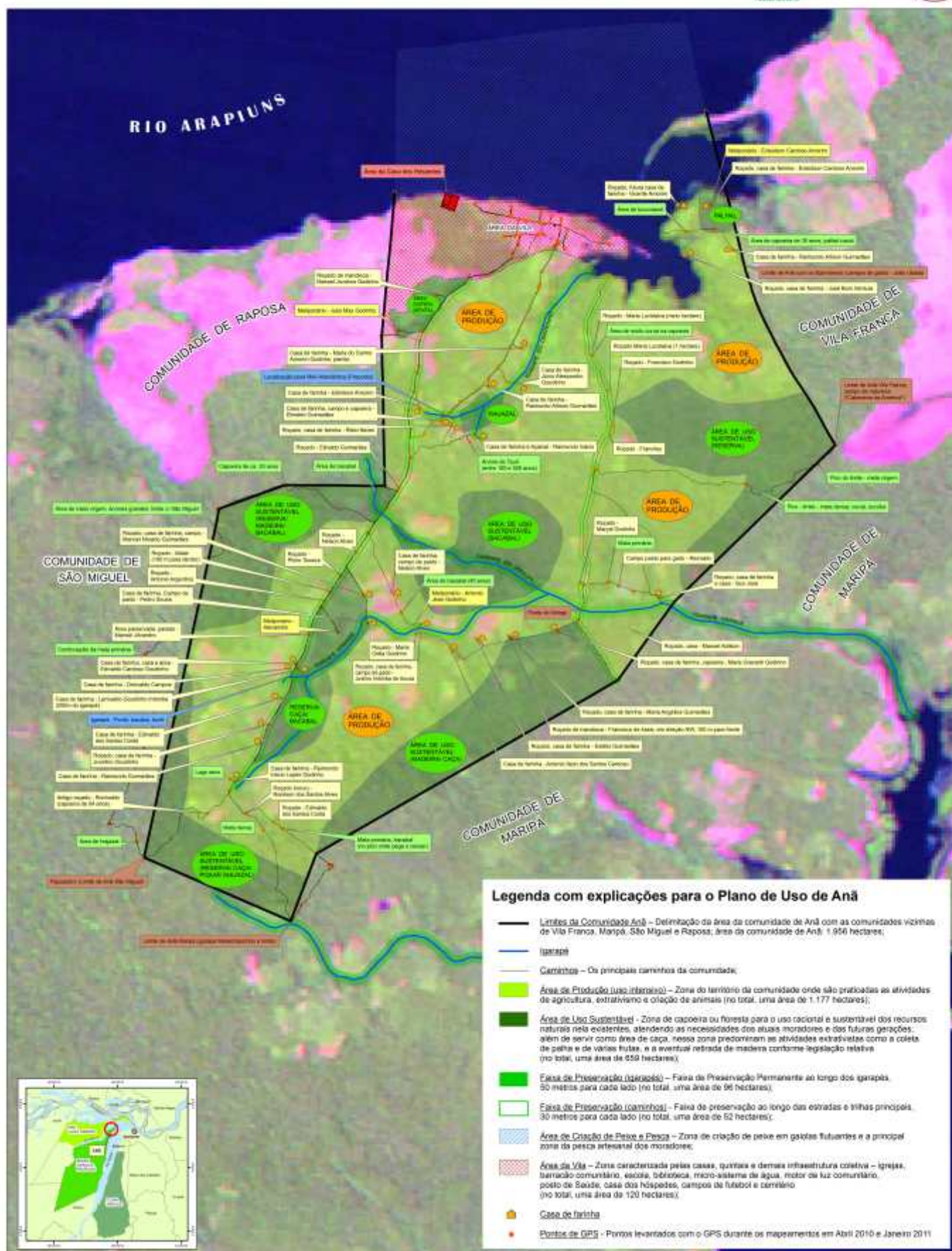
Arimum

Catálogo de Regras do Plano de Uso da comunidade de Atodi (Resumo)

PLANO DE USO DA COMUNIDADE DE ATODI – RIO ARAPIUNS SANTARÉM – PARÁ.

- 1. INTRODUÇÃO**
2. O QUE É UM PLANO DE USO ?
3. PARA QUE SERVE O PLANO DE USO ?
4. QUEM EXECUTA O PLANO DE USO ?
- 5. REGRAS GERAIS DA COMUNIDADE**
 - 5.1 – CAÇA
 - 5.2 – PESCA
 - 5.3 – ROÇADOS
 - 5.4 – EXTRAÇÃO DE MADEIRA
 - 5.5 – EXTRATIVISMO EM GERAL
 - 5.6 – CRIAÇÃO DE ANIMAIS
 - 5.7 – CONSUMO DE BEBIDAS
 - 5.8 – HABITAÇÃO NA VILA
 - 5.9 – USO DAS PRAIAS
 - 5.10 – LIXO NA ÁREA DA COMUNIDADE
 - 5.11 – POSTURA E CONDUTAS
 - 5.12 - REGRAS PARA VISITANTES NA COMUNIDADE
 - 5.13 - ATIVIDADES DE PESQUISAS
- 6. REGRAS GERAIS DA INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA**
 - 6.1 – OS CELULARES
 - 6.2 - TELEFONE PÚBLICO
 - 6.3 - ENERGIA (Motor de Luz)
 - 6.4 - MICRO-SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
 - 6.5 - BARRACÃO COMUNITÁRIOS
 - 6.6 - CAMPOS DE FUTEBOL
 - 6.7 - IGREJAS (CATÓLICA, DA PAZ E BATISTA)
 - 6.8 – ESCOLA
 - 6.9 – CASA DOS HÓSPEDES
- 7. DISPOSIÇÕES GERAIS (PENALIDADES)**

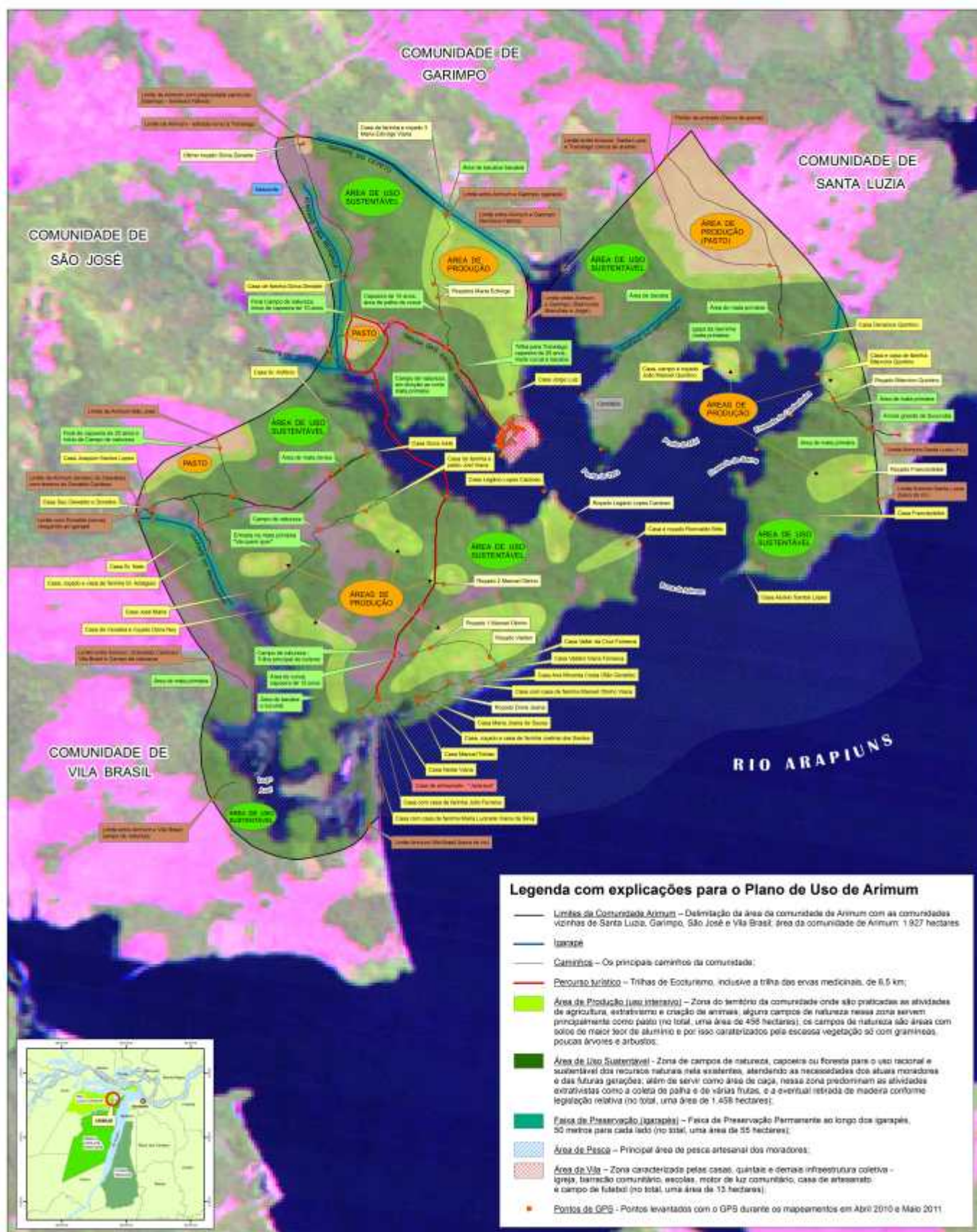
Atodi – 31 de julho de 2011



Comunidade de Arimum - Plano de Uso



giz

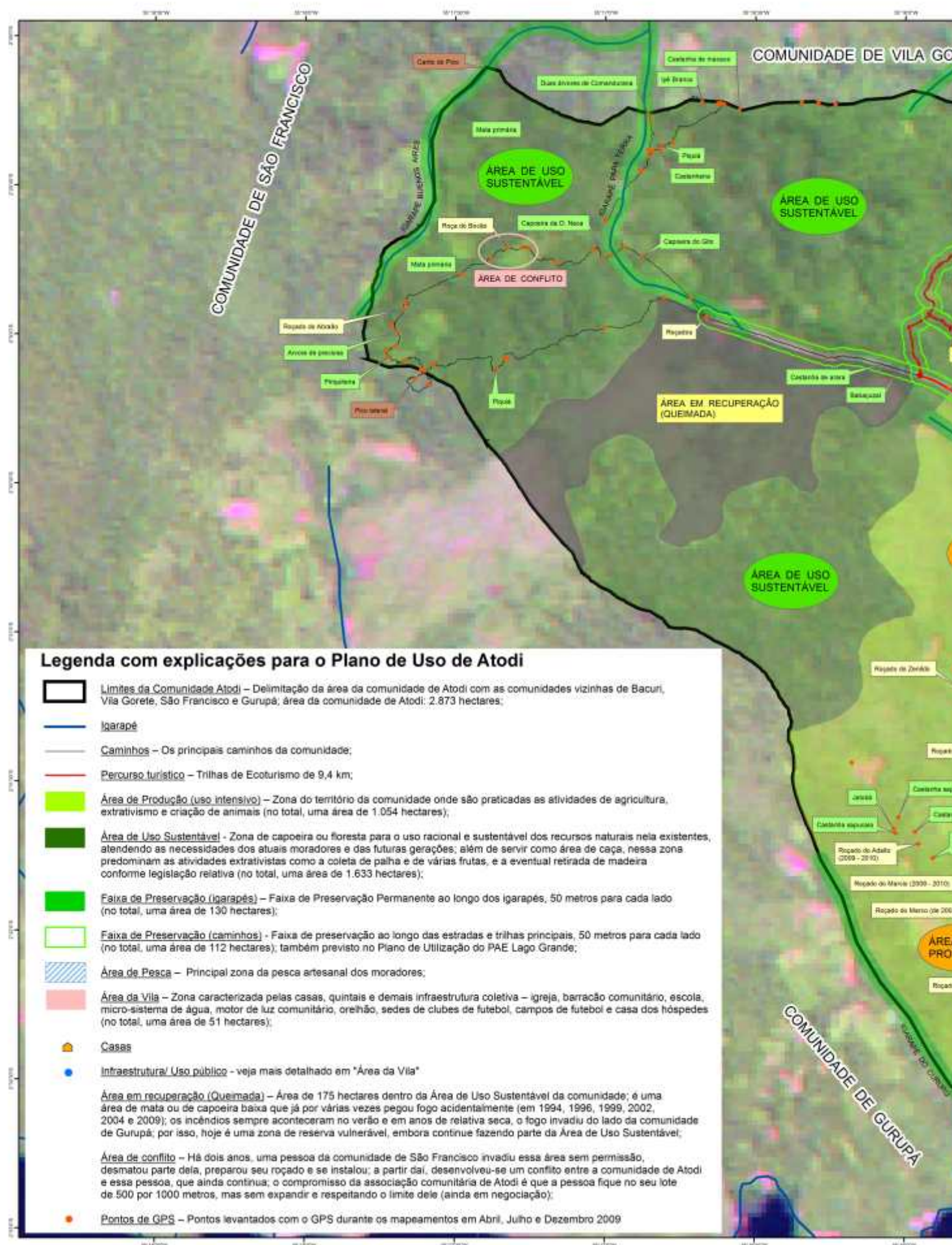


0 1.000 2.000 3.000 4.000 Metros

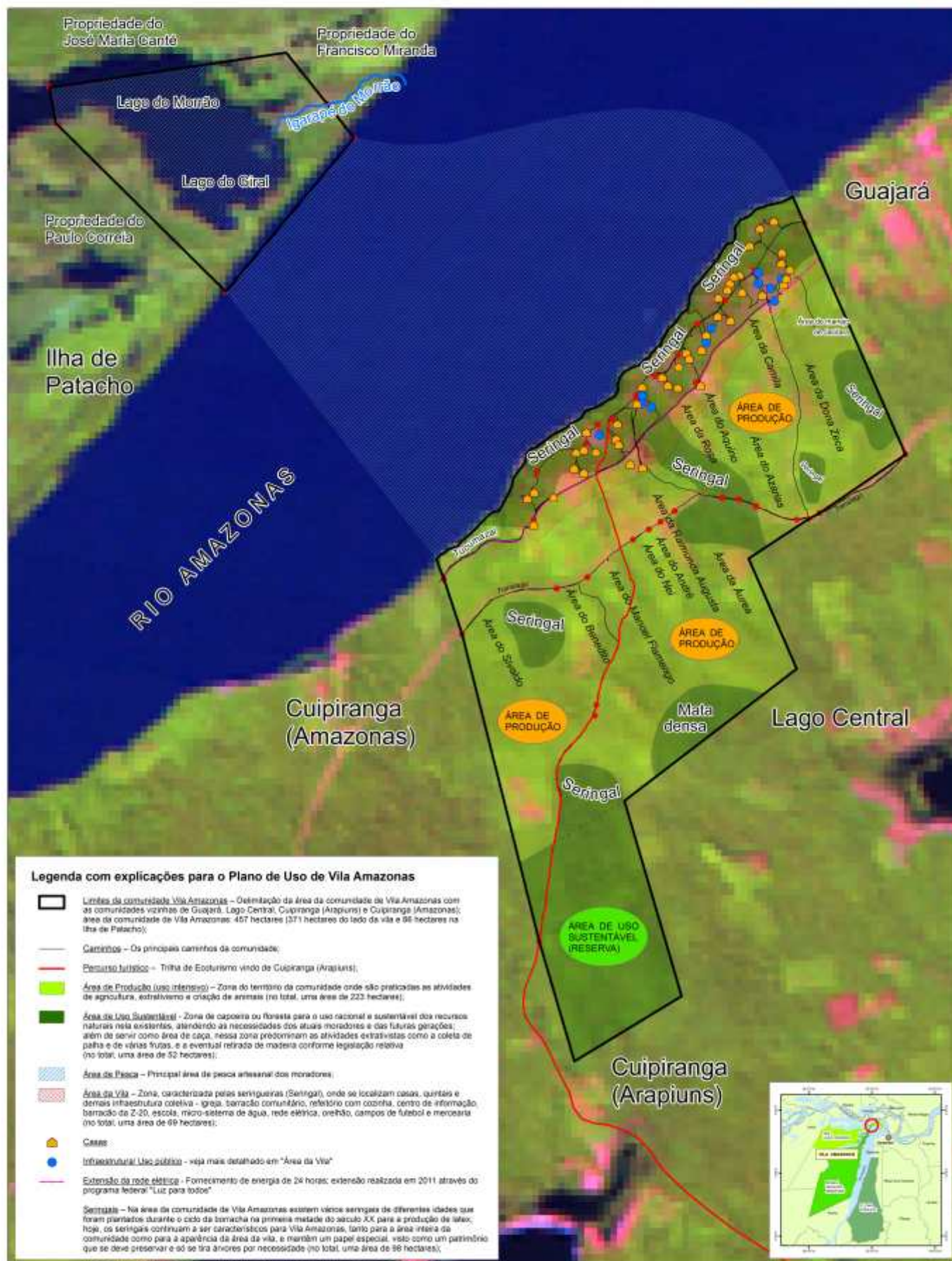
Imagem Landsat
Data: 16/07/2008
Projeção UTM
Datum/Projeto: 22S/82
Composição: Coloris (R1, G2, B3)



Comunidade de Atodi - Plano de uso







0 250 500 1.000 1.500 2.000 Metros

Imagem Landsat (26/06/2010)
Projeção UTM
Orbita/Ponto: 227/62
Composição Colorida (R1, G2, B3)





